NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SESSÃO DO DIA 05.12.01

ASSUNTO: CONSULTA Nº 643.657, FORMULADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ, VEREADOR FRANCISCO DE ASSIS LOMBARDI, SOBRE A POSSIBILIDADE E LEGALIDADE DE SE DOTAR CADA GABINETE DE VEREADOR DE VERBA PRÓPRIA E ESPECÍFICA PARA MANUTENÇÃO DOS MESMOS, COMO, POR EXEMPLO, GASTOS COM COMBUSTÍVEL, VIAGENS, CURSOS, CORRESPONDÊNCIAS, PESQUISAS E, INCLUSIVE, CONTRATAÇÃO DE ASSESSOR

RELATOR: CONSELHEIRO MURTA LAGES

CONSELHEIRO MURTA LAGES:

Trata-se de consulta formulada pelo Presidente da Câmara Municipal de Carandaí, vereador Francisco de Assis Lombardi, nos seguintes termos:

“Para que se possa agilizar os trabalhos dos nobres edis e descentralizar a burocracia de todo o expediente, entendemos que, seria razoável e eficiente dotar, cada gabinete, de verba própria, para que cada Vereador pudesse, socorrer desta verba própria para a total manutenção de seus respectivos gabinetes, como por exemplo, gastos com gasolina, viagens, frequência a cursos, correspondências, pesquisas, e todas as demais despesas pertinentes à espécie, inclusive com contratação de um assessor”.

Indaga ainda sobre a legalidade de tal medida e, em caso afirmativo, qual o percentual que poderia ser despendido com cada gabinete, e inclusive a forma da respectiva prestação de contas por parte dos senhores vereadores junto à Presidência da respectiva Casa Legislativa e perante o Tribunal de Contas.

Em cumprimento à decisão prolatada na sessão plenária de 27.06.2001, conforme fls. 14/15, foi apensada aos presentes autos a Consulta de nº 643.969, conforme estabelece o disposto nos arts. 56 e 93 do Regimento Interno deste Tribunal, por tratarem de matérias conexas, sujeitando-se, portanto, a um só julgamento. A referida consulta apensada foi formulada pelo Presidente da Câmara Municipal de Matozinhos, indagando sobre a possibilidade da Câmara Municipal, através de resolução, instituir verba de gabinete fixa para vereadores, a fim de que estes façam as despesas com manutenção, impressos, material de expedientes e até pessoal. Indaga também se tal verba poderia ser criada na presente legislatura e se o respectivo valor deveria ser considerado como despesa de pessoal, para os fins da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/2000.

Primeiramente, cumpre informar que a parte é legítima e a matéria pertinente à competência de apreciação desta Corte.

Assim sendo, tomo conhecimento da consulta.

(OS DEMAIS CONSELHEIROS MANIFESTARAM-SE DE ACORDO COM O RELATOR.)

CONSELHEIRO PRESIDENTE JOSÉ FERRAZ:

APROVADA EM PRELIMINAR, POR UNANIMIDADE.

CONSELHEIRO MURTA LAGES:

Quanto ao mérito, esclarecemos que esta Corte de Contas já decidiu, em resposta a consultas anteriores versando sobre o mesmo teor, pela impossibilidade da pretensão de dotar cada vereador de verba própria para manutenção de seus respectivos gabinetes, incluindo gastos com gasolina, viagens, frequência a cursos, correspondências, pesquisas, contratação de assessores, etc. (Consultas de nºs 612.637, de 25.08.99; 66.029, de 23.09.92; 470.273, de 15.04.98).

Desta forma, entende-se que não é permitido à Câmara Municipal estender para o domínio do gabinete do vereador a gestão dos recursos necessários à sua manutenção, nem conferir a esse gabinete a natureza de repartição administrativa com autonomia financeira para a

execução de despesas, tais como concessão de diárias a servidor ou pagamento decorrente de contratação de assessores.

A receita da Câmara, consistente nos duodécimos repassados pela Prefeitura, deverá ser mantida centralizada escrituralmente numa única tesouraria, em respeito ao princípio da unidade de caixa, centralizando-se também, na tesouraria ou pagadoria, o regime ou a forma de aplicação desses recursos.

Ressalte-se que o regime descentralizado de aplicação de recursos poderá, em alguns casos, comprovar-se anti-econômico e atentatório ao princípio constitucional da economicidade, sabendo que a centralização do regime de compras constitui fator de redução de custos, possibilita a instituição do regime de registro de preços previsto em lei e racionaliza os procedimentos burocráticos, gerando economia de serviços, sem falar que afasta os vícios dos fracionamentos de despesas, dentre outros freqüentemente detectados pelos órgãos de controle interno e externo.

Ainda sobre o assunto em tese, decidiu esta Corte, em resposta à Consulta de nº 470.273, que a pretendida “verba de gabinete” refere-se a custeio de despesas do gabinete e não da pessoa do vereador. Nessa hipótese, o recurso não é entregue ao agente político como remuneração, mas é objeto de movimentação orçamentária, pelo ordenador de despesa, que prestará, ao término do prazo estabelecido, contas da destinação dada à verba, com a comprovação dos gastos feitos.

Por outro lado, há de se considerar que, em resposta à Consulta de nº 612.637, de 25.08.99, concluiu este egrégio Tribunal que *“aquelas despesas que por sua natureza e urgência não puderem aguardar o processamento normal, poderão ser realizadas em forma de adiantamento, ou seja, pela colocação de numerários à disposição de uma repartição, no caso, o gabinete do vereador (onde haverá a designação de um servidor responsável pela movimentação e prestação de contas do adiantamento), regime esse necessariamente instituído e disciplinado por lei. Na esfera do Legislativo, o regime de adiantamento é aplicável somente para despesas com eventuais de gabinete, despesas ‘miúdas de pronto pagamento’ e despesas ‘extraordinárias e urgentes’, condições essas que poderiam eventualmente ocorrer na utilização das dotações destinadas às ‘despesas de custeio’, dentre essas as despesas realizadas para a aquisição de material de consumo (onde se situam os impressos e os artigos de expedientes); ou para o pagamento de ‘outros serviços e encargos’ (onde se situam as passagens) e até mesmo para o pagamento de diárias, mas que não poderão ocorrer jamais nas hipóteses de pagamento da folha de serviços ao pessoal dos gabinetes, por subordinarem-se ao processo normal de aplicação”*.

É preciso atentar para o fato de que, se no decorrer da execução do orçamento anual, houver a criação, expansão ou aperfeiçoamento de despesa não prevista nas leis do orçamento e diretrizes orçamentárias, haverá a necessidade de observância das exigências constantes do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Contudo, estarão dispensadas destas exigências aquelas despesas consideradas irrelevantes pela lei de diretrizes orçamentárias. O parágrafo 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 exonera o gestor da necessidade de, ao criar ou aumentar despesa resultante da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, realizar o impacto orçamentário-financeiro e também de emitir declaração de compatibilidade da nova despesa com as peças orçamentárias, caso essa nova despesa criada seja considerada irrelevante. O critério utilizado para conceituar despesa irrelevante é aquele estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias de cada município.

Por fim, em relação ao questionamento sobre a inclusão de tais gastos no limite de despesa total com pessoal, esclarecemos que a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 18, estabelece que serão considerados como despesa total com pessoal *“o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.”*

As despesas de natureza indenizatória não devem ser computadas para fins de cálculo de limite de gastos com despesas de pessoal. As ajudas de custo, desde que, de fato, tenham caráter indenizatório, não devem ser computadas nos referidos limites. É, pois, fundamental verificar se estas despesas, efetivamente, apresentam caráter indenizatório.

Respondo à Consulta negativamente.

RELATOR.) (OS DEMAIS CONSELHEIROS MANIFESTARAM-SE DE ACORDO COM O

CONSELHEIRO PRESIDENTE JOSÉ FERRAZ:

APROVADO O VOTO DO CONSELHEIRO RELATOR, POR UNANIMIDADE.